

'BLINDAGEM FINANCEIRA' TORNOU-SE LUGAR-COMUM

MARCELO DE PAIVA ABREU

Algumas palavras são surradas pelo excesso de uso: tornam-se lugar-comum. Lexicógrafos mais radicais argumentam que os lugares-comuns são um dos maiores inimigos que enfrenta uma língua. Eric Partridge, que ainda encanta muitos com o seu rabugento amor às palavras, especialmente em *Usage and Abuse*, denuncia os lugares comuns como artifício utilizado por pessoas que nada têm a dizer, mas que desejam dizê-lo ardentemente. Um lugar-comum hoje em plena ascensão é "blindagem financeira", palavra cunhada no Prata e que surge todos os dias na imprensa em meio à alternância de agonias: a do peso argentino e a de Jäder Barbalho.

Entre nós, parte da popularidade de "blindagem financeira" não surpreende, dado o crescente uso de blindagem em automóveis de luxo no Brasil. Esta tendência, que coloca o Brasil em posição destacada em um dos rankings mundiais mais infames, é apenas uma evidência da falência da solução democrática dos problemas de segurança nas grandes cidades brasileiras.

Outra é o apartheid descentralizado que faz das grades em prédios urbanos tristes marcas da deterioração da qualidade das nossas vidas. Em países mais civilizados programas de gasto público direcionados para os interesses dos mais pobres e a ação de forças policiais eficientes permite que a demanda por blindagem e por grades seja menos aquecida.

Em termos militares, o uso de blindagem aumenta a capacidade de receber golpes do adversário, mas sempre envolve sacrifício de mobilidade.

Mobilidade tem virtudes mais imediatas, tais como evitar os golpes do inimigo, e também permite a redistribuição de forças para ocupar posições taticamente mais vantajosas. O caso extremo de compromisso com a blindagem em detrimento da mobilidade é a defesa em posições fixas fortificadas. A história militar registra o progresso da blindagem: a tartaruga formada pelos escudos das legiões romanas, a crescente vulnerabilidade das armaduras medievais aos arqueiros ingleses e o seu fim com o surgimento das armas de fogo, a cristalização de um sistema de fortificações idealizado por Vauban e de doutrinas de assédio adotados nos séculos 17 e 18. A revolução tecnológica a partir do início do século 19 faz com que táticas e estratégias militares enfocassem com destaque o embate entre blindagem e canhões, com implicações tanto em operações em terra quanto em operações navais.

A Segunda Guerra Mundial sublinhou a fragilidade das crenças em sistemas de fortificações fixas, em última instância dependendo de blindagem. A vitória francesa de Verdun em 1917 custou à França não somente centenas de milhares de baixas, mas também a extração de lições equivocadas que levaram ao erro de comprometer-se com a custosa Linha Maginot, protegendo a sua fronteira com a Alemanha. A ilusória segurança daí decorrente levou à deterioração da força aérea e ao atraso na motomecanização. Os belgas decidiram concentrar seus recursos em fortificações no canal Alberto, obstáculo natural importante no plat pays imortalizado por Jacques Brel. Mas o forte belga em Eben-Emael foi tomado em algumas horas em 1940 por pequeno grupo de pára-quedistas alemães. A Linha Maginot foi contornada pelo avanço alemão através de zona não fortificada. Sua guarnição, atacada pela retaguarda, rendeu-se facilmente. Nas operações navais foram inúmeros os episódios em que a blindagem se rendeu ao canhão, às bombas ou aos torpedos. Emblemático é o episódio do Hood, orgulho da Royal Navy, afundado em 1941 pela primeira salva de tiros do Bismarck alemão. Sua blindagem de convés era inadequada.

Modernamente, avanços no uso de novos materiais permitiram razoável melhora da resistência das blindagens. Mas têm-se evitado posições fixas.

Será que "blindagem financeira" funciona? O embate é entre mercados (especuladores brasileiros, chegou a bradar o ministro Cavallo em seu bunker), no papel de artilheiros, e bancos centrais e governos, defendendo o forte, imobilizados pela doutrina do câmbio fixo a qualquer custo. É claro que sempre haverá "blindagem financeira" capaz de deter a artilharia dos mercados. Mas qual deverá ser a sua espessura, ou seja, quantos bilhões de dólares adicionais de apoio serão necessários? Qual será o custo da manutenção da blindagem no longo prazo? Quem arcará com estes custos?

Historicamente não houve "blindagem financeira" capaz de deter a percepção dos mercados quanto a paridades cambiais desalinhadas. Talvez a história financeira da Grã-Bretanha seja a mais útil para ilustrar o ponto. Em cinco episódios desde 1931 as autoridades monetárias britânicas viram-se em situações em que os mercados desconfiaram que os fundamentos econômicos não eram compatíveis com a taxa cambial fixa adotada. Saída da libra esterlina do padrão ouro em 1931, fracasso na volta à conversibilidade em relação ao dólar em 1947 (a despeito da blindagem oferecida por maciço empréstimo dos EUA), desvalorizações forçadas em 1949 e 1967, derrota para George Soros em 1992.

Para a Argentina obter mais 6 ou 9 bilhões dólares de apoio internacional poderá facilitar o resgate de posições expostas ao risco de perdas cambiais, salvar a pele de bancos estrangeiros que se comprometeram anteriormente com apoio de urgência e transferir o impacto de uma desvalorização para o governo argentino em mais um episódio de socialização das perdas.

Difícilmente poderá assegurar que a Argentina sobreviva à crise de credibilidade associada à manutenção da paridade cambial fixa, mesmo que com as prestidigitações do empalme. Para resistir aos canhões da descrença seria preciso blindagem muito mais espessa. Ou estarão os EUA dispostos a ir além de 50 bilhões de dólares para sustentar um regime cambial publicamente condenado pelo seu Secretário do Tesouro? A Argentina já resistiu muito mais do que muitos imaginavam possível, mas mais heroísmo na derrota pode acabar por custar ainda mais caro no longo prazo, tanto à Argentina quanto a outras economias emergentes que serão afetadas pelo alastramento da falta de credibilidade.